

AUDIÊNCIA PÚBLICA 28ABR2011

Pauta: Objetivo de debater sobre PLCE nº 005/09, Processo 4180/09

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Ricardo Faertes): “A Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais, comunica à comunidade porto-alegrense a realização de Audiência Pública, dia 28 de abril de 2011, às 19h, no Plenário Otávio Rocha da Câmara Municipal de Porto Alegre, sita na Av. Loureiro da Silva, n.º 255 – Centro, com o objetivo de debater sobre Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/09, Processo nº 4.180/09, que dispõe sobre a acessibilidade orientada pelo desenho universal no Município de Porto Alegre, institui o Plano Diretor de Acessibilidade de Porto Alegre, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Gabinete da Presidência, 30 de março de 2011. Vereadora Sofia Cavedon, Presidente.”

Prestigiam esta audiência pública os Srs. Vereadores Toni Proença, Alceu Brasinha, Engenheiro Comassetto, Elias Vidal, Sebastião Melo e Adeli Sell; a Sra. Jossana Bernardi, representante da Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio; a Sra. Andréa Beatriz de Almeida, do Setor de Obras da Secretaria Municipal de Educação; o Sr. Adilso Corlassoli, do Setor de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação; o Sr. Representante do Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul, Fernando Martins Pereira da Silva; Sra. Lúcia Maria Banhos Fasoli, representante do Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul; o Sr. Francisco Dornelles, Secretário-Adjunto do Planejamento Municipal.

Passamos a palavra à Ver.^a Sofia Cavedon, Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Boa-noite a todos e a todas, muito bem-vindos, nossos cumprimentos ao Secretário Municipal de Acessibilidade, o nosso sempre Ver. Paulo Brum; ao Sr. Dilceu dos Santos Flores Júnior, Presidente do Conselho dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Porto Alegre; e à Dra. Belkis Regina Menezes Moraes, representante do CREA. Queremos frisar que este é um tema extremamente precioso, delicado e importante para a cidade de Porto Alegre, por isso esta Casa tem tratado com

vagar, com debate, a própria CUTHAB constituiu, a partir da iniciativa do Relator, o Ver. Comassetto, uma subcomissão com pessoas com deficiência, que estão trabalhando num relatório, trabalhando em emendas, buscando o diálogo para aperfeiçoarmos um plano que nós queremos que seja mais do que já temos estabelecido no País, que seja indicador, direcionador de mudanças, de fato, na cidade de Porto Alegre, para uma cidade totalmente acessível, que é o sonho de todos nós e o sonho democrático. Esta Cidade é protagonista de tantas mudanças importantes, mas não há democracia se barreiras permanecerem afastando os cidadãos dos seus direitos.

Nós estamos trabalhando com o dístico, transformando leis em direitos, esta Casa está preocupada em avançar para além da legislação, do legislar, mas em perseguir as leis. Inclusive, nesse sentido quero ofertar aos senhores e senhoras, quem ainda não tiver, um dos cadernos que publicamos com a consolidação das leis, iniciativa que aconteceu na presidência do Ver. Sebastião Melo, com um Grupo de Trabalho. Aqui está um dos resultados do Grupo de Trabalho, e eu faço questão que vocês se apropriem, porque várias das leis que normatizam os direitos da criança e do adolescente não são cumpridas. Uma delas, que diz respeito ao que nós vamos debater hoje, o Plano Diretor, Ver. Paulo Brum, é que há *playgrounds*, nas nossas praças, que não têm, pelo menos, um brinquedo adaptado para criança com deficiência.

Hoje, nós sabemos que é enorme a tarefa de fazer com que as leis virem realidade. Por isso faremos o debate sobre o Plano Diretor de Acessibilidade, para que ele, já no seu processo de votação e de aprovação, traga mudanças, traga compromissos e mobilizações, no sentido do seu cumprimento.

A nossa dinâmica de trabalho é uma fala inicial da Mesa, nós teremos a fala do Secretário, da representação da sociedade civil e, em seguida, a manifestação dos senhores e das senhoras – já podem se inscrever com a nossa Diretoria Legislativa. Em princípio, vamos trabalhar com até dez inscrições, alternadas com as manifestações dos nossos Vereadores e Vereadoras aqui presentes – como o Ver. Eng. Comassetto está na Relatoria, será o primeiro inscrito.

A ideia, neste primeiro momento, é o tempo de vinte minutos, não sei se divididas as falas, não sei se há a necessidade de mais tempo.

O Secretário Paulo Brum está com a palavra.

O SR. PAULO BRUM: Boa-noite a todos. Uma saudação especial à querida amiga Presidente, Ver.^a Sofia Cavedon; Dilceu, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência de Porto Alegre; Arquiteta Belkis, do CREA, amigos Vereadores, Sebastião Melo, Comassetto, Elias Vidal, Adeli Sell, demais autoridades, técnicos, representantes das pessoas com deficiência, demais presentes que nos honram com suas presenças nesta noite. Na verdade, sinto-me muito feliz e honrado em poder participar deste momento tão importante, nesta Câmara, para as pessoas com deficiência da nossa Capital. Sem sombra de dúvida, este é o local ideal, porque é a representação da nossa comunidade.

Srs. Vereadores, tive a honra de integrar esta Casa e sei como é o processo de debate, um debate justo, que acontece nesta Casa. Este Projeto está tramitando na nossa Câmara de Vereadores desde 2009, são quase 2 anos. Acreditamos nós que ele esteja pronto para ser apreciado pelos Srs. Vereadores, neste plenário. Diga-se de passagem, acreditamos que a demora ocorreu porque será o primeiro Plano Diretor de Acessibilidade de uma capital, de um município do País. Acreditamos que, por não haver nenhum similar, nada igual, não haver nada que pudéssemos nos embasar, houve toda essa demora. Eu quero registrar e agradecer aos nossos técnicos do Grupo de Trabalho que participaram ativamente, os Arquitetos do SEACIS, da SPM, da SMOV, Engenheiros da EPTC, todos os nossos técnicos do Executivo Municipal que fizeram esse brilhante trabalho aqui apresentado, para que os Srs. Vereadores possam dar o seu veredicto. Houve também um grande trabalho, em 2008, num convênio da SEACIS com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica, o qual os técnicos tomaram como guia inicial para a elaboração deste Projeto. Então, acreditamos que, dentro do que existe, dentro das possibilidades, é o que se trabalhou e apresentou ora para a apreciação dos senhores. Então, como nós sabemos, já foi aprovado em duas Comissões, está agora para Parecer da nossa CUTHAB, e acreditamos que em breve estará pronto para ser apreciado aqui no plenário.

O Plano Diretor é um dispositivo legal que estabelece condicionantes e diretrizes para projetos, intervenções urbanísticas e sistema de transporte com critérios específicos de acessibilidade. Cito alguns pontos da nossa justificativa, acho que é importante deixar aqui para os Anais da nossa Casa. Quando da realização da 1ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência, aprovou-se a proposta de que, em

Municípios com mais de 20 mil habitantes, deveriam os executivos municipais trabalhar o tema da acessibilidade com a atenção merecida. Porto Alegre traz o diferencial, retoma essa abordagem na 2º Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência e ratifica a necessidade de criação do Plano Diretor de Acessibilidade. Nesse mesmo encontro, foi assinado o compromisso com a agenda social para as pessoas portadoras de deficiência junto à Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, Corde, e esse Executivo revelou-se pragmático na condução dessas questões. Nas mais de 30 reuniões que envolveram desde a criação do Grupo de Trabalho de Acessibilidade, conforme Portaria nº 45, de 6 de abril de 2009, e Portaria nº 97, de 29 de maio de 2009, passando por encontros com os conselhos de profissionais e de classes, com os moradores das maiores regiões de Porto Alegre e, finalmente, em Audiências Públicas, discutiu-se, ampla e detalhadamente, uma proposta ímpar, sem similar no Brasil. Eis o Projeto de Lei, estudo inédito para capitais e grandes cidades do País.

Portanto, para não ser repetitivo, já que o Projeto é do conhecimento dos Srs. Vereadores, nós fazemos essa primeira intervenção e gostaríamos de dizer que estamos aguardando o momento de apresentar para a nossa Porto Alegre uma ação inédita, uma cartilha onde tudo o que vier a ser construído vai ser com base, especificamente, forjada neste Projeto que ora apresentamos aqui à nossa Colenda Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Secretário. Passo, de imediato, a palavra ao Sr. Dilceu dos Santos Flores Júnior, presidente do Conselho dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Porto Alegre.

O SR. DILCEU DOS SANTOS FLORES JÚNIOR: Uma boa-noite a todos, estendo os cumprimentos à nossa Presidente da Câmara Municipal, Ver.^a Sofia Cavedon; ao nosso Secretário de Acessibilidade e Inclusão Social; e à nossa grande amiga e companheira Belkis, que sempre esteve ao nosso lado nessa luta com relação à acessibilidade, e também aos demais Vereadores e Vereadoras que estão no Plenário e às demais entidades que estão presentes.

Eu queria dizer que, para nós, é uma grande honra esse dia de hoje, porque esse Plano Diretor estava sendo há muito tempo esperado pelo Movimento das pessoas com deficiência. Eu fico cada vez mais feliz com a luta das pessoas com deficiência, porque existe uma mobilização por parte do Governo, existe uma mobilização por parte das entidades. E eu acho que a gente nunca está sozinho. Acho que é isso. Acho que a gente tem que apoiar cada vez mais essas ações. Eu acho que o Plano Diretor, como foi falado pelo nosso Secretário, vai ser o primeiro Plano Diretor do Brasil, um dos primeiros, e, com certeza, nós vamos ter uma Cidade acessível. O maior sonho é nós chegarmos a ter uma cidade, como Porto Alegre, como referência nacional em matéria de acessibilidade. Eu acho que nós estamos no caminho e eu acho que todos que estão aqui são membros e construtores deste projeto, porque é um projeto que, realmente, foi feito, detalhado, foram levantadas todas as questões em relação à acessibilidade. As pessoas com deficiência, hoje, realmente precisam de ter um acesso, ter o seu direito de ir e vir garantido. Essa é uma luta nossa. E eu jamais vou desconsiderar que as pessoas, um dia, cheguem a dizer que não vão sair de casa porque não têm direito de ir e vir. Não, a gente está lutando para que as coisas aconteçam, e o Plano Diretor vai ser uma das ferramentas que nós vamos conseguir concretizar no nosso Município, e, com certeza, nós vamos ter uma Porto Alegre acessível. Vamos lutar para que seja 100%, mas estamos no caminho. Muito obrigado a todos. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Dilceu. Passo a palavra à Dra. Belkis Regina Menezes Moraes, representante do CREA.

A SRA. BELKIS REGINA MENEZES MORAES: Boa-noite a todos os participantes desta Audiência Pública. Agradeço, como representante do CREA/RS e de seu Presidente, Engenheiro Civil Luiz Alcides Capoani, o convite para participar desta Audiência Pública relativa ao Projeto de Lei sobre o Plano Diretor de Acessibilidade da Cidade de Porto Alegre, e que aqui está tramitando desde 2009. Em 2009, ocorreu a Audiência Pública, promovida pela Secretaria Especial de Acessibilidade e Inclusão Social – SEACIS, dirigida às entidades de classe profissional de arquitetos e engenheiros, com o objetivo de explicar a proposta do Plano Diretor de Acessibilidade. Após a Audiência, os profissionais da área verificaram a necessidade de maiores debates e ajustes sobre o

conteúdo do Projeto de Lei, sendo que representantes de entidades do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, Instituto de Arquitetos do Brasil, Sindicato de Arquitetos do Rio Grande do Sul, Sindicato de Engenheiros do Rio Grande do Sul, Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul, Sindicato da Indústria da Construção Civil, Associação Brasileira de Escritórios de Arquitetura e Associação Brasileira de Arquitetura de Interiores reuniram-se e elaboraram uma análise técnica que foi encaminhada para a Comissão de Urbanismo, Transportes e Habitação – CUTHAB -, da Câmara Municipal de Porto Alegre, em abril 2010. A partir desta data, a Câmara Municipal de Porto Alegre vem realizando vários encontros, com o objetivo de atender, tanto às observações dos profissionais de arquitetura e engenharia, quanto aos representantes de entidades de pessoas com deficiência, com a participação de Vereadores, Secretários e técnicos do Poder Executivo.

Gostaria de, em público, elogiar o minucioso trabalho: "Diagnóstico das Condições de Acessibilidade de Porto Alegre", que a faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUCRS, por intermédio de um convênio, realizou para a Prefeitura em 2008 e 2009. A equipe do Núcleo de Pesquisa em Acessibilidade e Mobilidade Urbana, recomenda à Prefeitura, em suas considerações finais: Os resultados obtidos na pesquisa, por certo, deverão orientar os novos paradigmas para instrumentos de planejamento e controle da cidade, à luz do tema acessibilidade. Estas ações passam, necessariamente, pela revisão de uma postura tradicional de atuação, independente dos órgãos públicos envolvidos com: mobiliário urbano, equipamento urbano, obras, transportes, meio ambiente, infraestrutura e serviços. Um Plano Diretor de Acessibilidade deve ter, como parâmetro, as diretrizes e condicionantes de um Plano Diretor Urbano, e possuir, como orientação principal, as questões relativas à Mobilidade Urbana. Deve, prioritariamente, proporcionar o acesso amplo e democrático às ambiências, de forma segura, socialmente inclusiva, com integração entre os sistemas de transporte coletivo, pedestres e ciclistas, bem como aplicar conceitos e critérios de acessibilidade e desenho universal, para garantir a mobilidade de idosos, pessoas com deficiência ou restrição de mobilidade.

Entende-se por Mobilidade Urbana: Atributo associado às pessoas e aos bens. Corresponde às diferentes respostas dadas, por indivíduos e agentes econômicos, às suas necessidades de deslocamento, considerando-se as dimensões do espaço urbano e

a complexidade de atividades nele desenvolvidas. É a capacidade das pessoas se deslocarem no meio urbano para realizar suas atividades.

Ao conteúdo técnico do referido projeto de lei, foram apontadas várias discordâncias, sendo que o projeto de lei não renova conceitos, e, sim, repete critérios de legislação Federal existente em quase a totalidade da proposta. O tema acessibilidade não é um conceito tão novo como parece, temos norma brasileira referente a este assunto, desde 1985, no Brasil; o que ocorre é a falta de conhecimento sobre acessibilidade e desenho universal para a sua correta aplicação. Repetir determinação Federal, que foi tão discutida e aperfeiçoada por vários anos e por diversas entidades de arquitetura e engenharia, e ainda apresentá-la com alguns equívocos, somente irá causar mais dificuldade na compreensão da matéria que já é bastante extensa para o seu entendimento e aplicação. Propostas diferenciadas da legislação existente devem ser incorporadas ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental e ao Código de Edificações do Município.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, quando da sua recente revisão, já deveria ter incorporado todos os critérios de acessibilidade e desenho universal, conforme determina o Decreto Federal nº 5.296/2004. As intenções de estabelecer, no espaço urbano, uma Rota Acessível não embasa um Plano Diretor de Acessibilidade, e, sim, configura um Programa Municipal que deve realizar intervenções urbanas, juntamente com outros programas e ações do Poder Executivo, aplicando e fiscalizando a criteriosa legislação existente sobre Acessibilidade e Desenho Universal.

Com o objetivo de qualificar intervenções no passeio público, sugerimos a esta Casa a realização de Seminário de Calçadas, já solicitado à Presidência desta Câmara, em 2010, para que, após debates e exemplos de intervenções em outras cidades, possamos aprovar legislação específica, de aplicação imediata, considerando a necessidade de ações concretas em calçadas, visando também ao compromisso desta Cidade com a Copa de 2014. No momento, era isso.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Muito obrigada, Doutora. Já sinto a responsabilidade, como Presidente, dar conta dessa demanda de 2010, a qual não conhecia. Apesar de o tema das calçadas ser um tema que todo dia volta a esta Casa, já está observado e encaminharemos, com certeza.

Iniciamos agora a manifestação do Plenário, e vamos começar com o Ver. Engenheiro Comassetto, que está responsável pela Relatoria na CUTHAB – Comissão de Transportes e Urbanização desta Casa.

O Ver. Engenheiro Comassetto está com a palavra.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Prezada companheira, Ver.^a Sofia Cavedon, Presidente desta Câmara; prezado Secretário Paulo Brum, da Secretaria Especial de Acessibilidade e Inclusão Social; prezado Dilceu dos Santos, que representa aqui o conjunto das pessoas com deficiência e o Conselho Municipal; prezada Belkis Moraes, que representa aqui as entidades profissionais da cidade de Porto Alegre, arquitetos, engenheiros, geólogos, geógrafos, enfim, todos que trabalham no dia a dia da construção da Cidade; meus colegas Vereadores Adeli, Sebastião, que estão aqui presentes, lutadores da Cidade e construtores da cidade de Porto Alegre desse tema da inclusão. Nós estamos aqui, nesta Audiência Pública, tratando de um tema que é da maior relevância para qualquer cidade. Todos nós sabemos que o Brasil vem construindo esse tema da inclusão, e é uma construção mesmo. Os processos dos últimos anos já determinaram que todos os Municípios brasileiros venham a construir políticas de inclusão para pessoas com deficiência, que atualizem suas cidades nos espaços públicos e privados.

A nossa Comissão, que é a Comissão Urbanização, Transportes e Habitação, recebeu o Projeto no final do ano passado e iniciou todo um debate. Recebemos um conjunto de entidades que nos trouxeram um conjunto de observações sobre o Projeto aqui apresentado, quanto ao seu método e seu conteúdo. Eu vou discorrer aqui um pouco sobre o que nós fizemos e por que tem demorado um pouco na CUTHAB. Naquele momento, uma das demandas que recebemos da sociedade – principalmente das entidades dos profissionais que produzem os projetos que, por sua vez, produzem a Cidade – apontava a necessidade de um Plano Diretor de Acessibilidade, que, se registre aqui, é um trabalho pioneiro da Cidade, é um esforço da Secretaria de Acessibilidade e de seus técnicos de produzir lá, na equipe da PUC... Bom, como é um primeiro projeto, ele recebe um conjunto de sugestões, e o nosso papel aqui é construir um equilíbrio, para que seja o melhor Projeto para a Cidade. Naquele momento, uma das constatações que recebemos das entidades profissionais foi de que o Plano Diretor de Desenvolvimento

Urbano e Ambiental que nós tínhamos acabado de revisar não tinha tratado do tema da acessibilidade, e que o tema da acessibilidade que estava sendo construído não estava dialogando com a totalidade do Plano Diretor. Com isso, nós levamos o tema a debate. Não fiquei sozinho com a responsabilidade, como Vereador, levei o assunto à Mesa Diretora. A Mesa Diretora aceitou que nós encaminhássemos para a Secretaria Municipal do Planejamento – e ali estão o nosso Secretário Substituto e a Ada, que compõem a equipe intersecretaria que constituiu o Projeto que está aqui na nossa Casa. Nós fizemos o encaminhamento, mas a CCJ, Comissão de Constituição e Justiça, pediu vista e, no final, por uma discussão política, negou. Aí entrou o recesso do final do ano, e isso acabou ficando um tempo num debate. Eu preparei um relatório, mudou o Secretário e ele me fez um convite para fazer uma discussão, para reabrir o diálogo. Levamos para a CUTHAB e fizemos um acordo para reabrir o diálogo, inclusive, com a constituição desta Audiência que estamos realizando aqui, hoje. Fizemos um conjunto de reuniões neste mês que está terminando; a Secretaria, com as suas equipes na Mesa, as entidades vieram e trouxeram um conjunto de sugestões. Na última segunda-feira, nós acolhemos aquelas sugestões que estavam consensuadas, e já vamos incorporá-las ao relatório. Estamos finalizando o relatório, o nosso compromisso para conclusão é após esta Audiência Pública, para que o processo possa continuar o seu trâmite legislativo. Acolhemos algumas sugestões consensuadas. Às não consensuadas nós resguardamos a seus autores o direito de apresentá-las, e nós vamos fazer a disputa do entendimento no Plenário, será como adequá-las. Na verdade, numa Comissão, nós somos seis Vereadores e, no Plenário, tem 36 Vereadores, com visões plurais. Foi feito este preâmbulo para justificar, em nome da Câmara Municipal de Vereadores, o compromisso que nós assumimos, na Mesa, através da nossa Presidente Sofia Cavedon, de que, até o final deste semestre – mas o nosso entendimento é de que será ainda no mês de maio ou junho -, já esteja votado o Projeto, o Plano Diretor de Acessibilidade. Agora quero registrar aqui a opinião que tenho, principalmente por trabalhar bastante no Plano Diretor de Porto Alegre, e por alguns acordos que construímos lá na Comissão, sobre as atividades que, assim que for aprovado o Plano Diretor de Acessibilidade, deverão acontecer, para que a Cidade possa iniciar a sua transformação. Primeiro, eu tenho o entendimento de que esta questão da compatibilização do Plano Diretor de Acessibilidade... E aqui eu quero fazer um registro: não é só o Plano Diretor de

Acessibilidade que foi construído em separado do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental. O Plano Diretor de Arborização foi construído sem dialogar com o Plano Diretor de Acessibilidade; o Plano Diretor Ciclovitário; agora está saindo o Plano Diretor de Mobilidade Urbana, o Plano Diretor de Saneamento Básico. No conceito que todos nós queremos e devemos defender como Cidade, todos os temas setoriais deveriam estar integrados numa horizontalidade que se chama, aqui, a Cidade. Essa compatibilização é um entendimento nosso. Inclusive, nós acordamos que o Grupo de Trabalho que foi constituído vai se manter, para pegar o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental e verificar o que precisa ser adequado. Esse é um dos resultados que nós construímos até então no Grupo de Trabalho. O segundo resultado após a aprovação do Plano é o Código de Obras e o Código de Posturas da Cidade. Se nós não adequarmos o Código de Obras e o Código de Posturas, o Plano Diretor, como já foi dito aqui, é um Plano que construiu um guarda-chuva da política, mas, nos detalhes das construções públicas ou privadas, eles têm que se adequar. E o terceiro eixo é uma questão que as entidades trazem com muita força, que é o ciclo de aprovação de projetos e a normatização técnica para que a leitura de quem vai aprovar os projetos, nas cidades, tenha uma compreensão única. O que se quer dizer com isso? Nós fizemos até um exercício. No Plano Diretor que estamos discutindo está apresentado um conjunto de normatização para a proposta apresentada, que é a rota de acessibilidade. E os equipamentos que estão fora da rótula, quais são as condicionantes técnicas e os procedimentos de aprovação de projetos? Foi citado um exemplo: se um empreendedor que vai fazer um loteamento tem que fazer uma praça, ela já tem que estar adequada às normas da NBR, às normas existentes, mas também a todo o detalhamento que precisa ter no Município de Porto Alegre. Então, esse é um terceiro eixo, é um compromisso assumido – e aí, com a sua licença, Secretário – pelo Executivo, que tem que construir esse exercício com as entidades, para que possamos ter claras as normas de aprovação de projetos. E que essa sistemática seja entendida com facilidade por todos, por quem produz e por quem analisa, para que não emperre a produção da Cidade naquilo que nós queremos incluir com facilidade.

Creio que, neste momento da Audiência Pública e dos debates que temos feito, não tem havido concordância em tudo, mas o importante é que está avançando um processo, e Porto Alegre está se colocando como uma das primeiras cidades a apresentar uma

proposta. E com o compromisso assumido de ter um desdobramento objetivo, nós temos um compromisso que é o compromisso da inclusão. Uma cidade não pode ter o DNA da cidadania, se ela não tiver, em todas as suas políticas, nas políticas públicas, na construção da urbanidade, os elementos, na sua totalidade, que incluam. E aqui, quando falamos em pessoas com deficiência, é claro que estamos falando na diversidade das deficiências que compõem. Finalizo com mais duas questões que o debate na CUTTAB tem suscitado. Esta semana, sobre o programa Minha Casa, Minha Vida, que está em implementação, nós fizemos um grande debate e concluímos a reunião com a Secretaria de Habitação, porque, dos 55 mil inscritos... Todos nós sabemos que, conforme os dados brasileiros, entre 14 e 16% são pessoas com deficiência de algum tipo. E o “Minha Casa, Minha Vida”, na sua resolução, já determina que existam habitações destinadas a essas pessoas. Só que, no momento da inscrição dos 55 mil, não foi pedido que fossem identificadas as famílias que têm as diversas deficiências. Nós acordamos, no Departamento Municipal de Habitação, que vai ser feito um novo edital direcionado a essas 55 mil pessoas, chamando-as para que se identifiquem, para que a construção das unidades possa ser distribuída no território, conforme a necessidade, o que é uma realidade.

Segundo ponto. A Promotora Christiane Caminha, que, Presidenta, justificou a sua não presença aqui hoje por ter outro compromisso, nos trouxe que foi realizado um TAC – Termo de Ajustamento de Conduta – com o Município de Porto Alegre, no perímetro central da Cidade, para ser construída essa acessibilidade. Amanhã, à tarde, às 14h, estaremos realizando uma caminhada pelo perímetro do Centro, com todas as forças que constroem a Cidade, para podermos identificar, inclusive, as dificuldades que existem, inerentes ao nosso Centro, referentes a compromissos já assumidos, no papel que temos aqui também de fiscalizar que as políticas sejam bem aplicadas. Não falo só em meu nome neste momento, mas em nome da nossa Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação, composta pelos Ver. Pedro Ruas, como Presidente; Ver. Elias Vidal, que está aqui; Ver. Paulinho Rubem Berta; Ver. Nilo Santos; e Ver. Alceu Brasinha.

Nesse sentido, um grande abraço a todos nós que estamos construindo essa política. O nosso papel, inclusive, é de Relator; com esse acordo feito de construir um processo para desenterrar os principais pontos e fazer andar, estaremos concluindo na próxima semana. Estaremos também no debate no Plenário, trazendo um conjunto de outras

sugestões que são inerentes ao nosso mandato e à contribuição que temos para a Cidade. Por Porto Alegre, por uma Cidade que inclua, na sua totalidade, um grande abraço a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Ver. Comassetto. O Ver. Adeli Sell está com a palavra.

O SR. ADELI SELL: Sra. Presidente, caros convidados, meu caro Paulo Brum, é uma satisfação tê-lo de volta aqui nesta Casa. É importante fazermos este debate na sua presença. Seria de fundamental importância que tivéssemos as contribuições das nossas comunidades, dos nossos cidadãos. Acho que, além da Audiência Pública, já que vamos partir para o próximo período com esse debate, talvez as pessoas que nos ouvem pela Rádio Web e nos assistem pela TVCâmara possam enviar, através da mídia eletrônica, as suas contribuições à Câmara de Vereadores, para aperfeiçoar este Projeto.

Achamos extremamente importantes as contribuições que a arquiteta Belkis traz. Começamos há muito tempo, Paulo Brum, mas as coisas não evoluíram como deveriam ter evoluído. Eu confesso que estou um pouco desolado com a situação da acessibilidade, principalmente para os cadeirantes, em vários pontos da Cidade.

Eu circulei pela Av. Assis Brasil. Deve estar na sua Secretaria, um roteiro de números e de fotografias da Av. Assis Brasil, que acho que é uma via extremamente importante. É um escândalo as condições das calçadas e a dificuldade de acesso em qualquer lugar da Av. Assis Brasil, vou citar esse exemplo.

Também me chama a atenção à dificuldade que nós temos em colocar a orientação aos nossos deficientes visuais. Os cegos, hoje, têm profunda dificuldade de circular pela Cidade. Eu vejo que há cidades que são exemplos mundiais e que respeitam os seus deficientes visuais. É o caso de Madrid, onde não tem uma sinaleira que não tenha a sonorização indicando a abertura e o fechamento das sinaleiras. Eu acho que essa é uma cidade que deveria símbolo, exemplo para Porto Alegre. Os outros podem, nós também podemos, é só a gente dar os meios para isso. Nós, inclusive, queremos nos colocar à disposição, porque além de ajudar a aprovar a melhor lei de acessibilidade, nós temos a LDO, a Lei de Diretrizes Orçamentárias do próximo período, onde nós podemos orientar o nosso Orçamento e devemos ter verbas orçamentárias para isso.

E digo mais: hoje existem condições de buscar recursos em nível federal. Há vários programas em nível federal, é só a Prefeitura, o Governo Municipal se antenar para essas questões, brigar por esses recursos. Pode crer, Secretário Brum, nós, aqui, especialmente a nossa Bancada, por ser uma Bancada que tem relação com a Presidente da República, que é do nosso Partido, nós podemos acompanhá-lo a Brasília, na busca desses recursos, indiscutivelmente. Eu sou soldado desta causa, por isso, mesmo tendo compromissos daqui a pouco, fiz questão de vir aqui para poder pelo menos dizer o que eu penso e poder ser cobrado das pessoas.

Eu também já aproveito, hoje, aqui, já que estamos tratando deste tema, para falar que acabei de protocolar dois Projetos de Lei que tratam da questão dos surdos, que é outra questão importante, de inclusão social, que eu creio que vai ajudar enormemente essa comunidade, também. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Ver. Adeli Sell.

O Sr. Adilso Corlassoli, assessor da Secretaria Municipal da Educação, nosso ex-Presidente do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, está com a palavra.

O SR. ADILSO CORLASSOLI: Boa-noite, Vereadora Presidente desta Casa, Sofia Cavedon; boa-noite, Secretário da Acessibilidade, Júnior e Vereadores presentes. Eu gostaria de me manifestar. Como foi referido, como ex-Presidente do Comdepa – fui o primeiro Presidente – acompanhei muito desta discussão, as Audiências Públicas. Quero dizer que fico ainda um pouco preocupado e, aí, me referindo um pouco à fala da arquiteta Belkis, nessa questão de termos algo bastante específico. Mas, também, ao mesmo tempo, fico feliz, quando o Ver. Comassetto nos traz, enquanto Relator, essas combinações que foram feitas de execução pós-aprovação do Plano Diretor. Nós temos um grande problema, que é chegar a uma cultura de acessibilidade, uma cultura mais ampla, uma cultura de inclusão. Na verdade, a acessibilidade ainda é um conceito que está muito restrito a algumas áreas. A gente aqui fala de uma acessibilidade não para as pessoas com deficiência, mas uma acessibilidade universal, ou seja, a gente precisa entender que uma cidade acessível é acessível para todos, independente de termos ou não deficiência, seja ela visual, como o Ver. Adeli Sell colocou aqui. Realmente, nós, pessoas com deficiência visual, se verificarmos os últimos anos em Porto Alegre, a gente

não teve grandes avanços. E as calçadas, realmente, são um grande problema, no que se refere ao mobiliário urbano não ter um regramento, e hoje a gente escolhe no que vai bater, se é num orelhão, ou num poste, na lixeira, seja no que for.

Então, eu acho que a gente precisa trabalhar um conceito amplo, criando uma cultura de acessibilidade, e isso para acontecer precisa ser trabalhado com quem projeta e com quem executa, seja o pessoal da SMOV, ou de todas as outras Secretarias. Então, neste sentido fazer um trabalho de conscientização, e, realmente, o pessoal trabalhar a partir de normas estabelecidas, e não nós fazermos algo separado, completamente separado, que isso, realmente, depois para tirar do papel e colocar na prática vai ficar bem mais difícil.

Então, eu entendo que com a manifestação, e com esses acordos que foram previamente estabelecidos, trazidos aqui pelo Ver. Comassetto, a gente possa fazer com que esse Plano Diretor de Acessibilidade realmente seja integrado ao Plano da Cidade, e possamos, então, aproveitando o gancho da Copa do Mundo, fazer com que Porto Alegre realmente seja uma Cidade acessível, mas acessível no sentido amplo, pegando como base a acessibilidade universal, seja para pessoas idosas, para deficiência temporária, e para pessoas que não têm deficiência também. Então, podemos trabalhar essa cultura de forma mais ampla, e não algo tão separado, tão fechado, porque aí a gente vai ter muito mais dificuldade na sua execução. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Muito obrigada, Adilso.

O Sr. Gustavo Trevisi do Nascimento está com a palavra. Seja bem-vindo.

O SR. GUSTAVO TREVISI DO NASCIMENTO: Obrigado. Boa-noite, primeiro eu queria dizer que me sinto um pouquinho mais responsável por esse Plano Diretor de Acessibilidade, porque participei de uma das reuniões da CUTHAB, junto com o Ver. Comassetto, que foi bem proveitosa, foi bem legal. E aqui eu deixo algumas sugestões do que a gente poderia fazer para esse Plano Diretor de Acessibilidade. Acho que a gente poderia fazer, e não vou aqui criar confusão e dizer como a gente vai resolver isso, vou deixar para quem entende mais do que eu. Por exemplo: redução de impostos para vizinhos que, em comum acordo, usarem o mesmo tipo de piso, isso deixaria a calçada mais acessível e até embelezaria um pouco mais a Cidade. Acho que, por exemplo, pessoas que queiram botar piso tátil na sua calçada, piso direcional, por que não fazer

uma redução de imposto para essa pessoa? Alguma ajuda da Prefeitura, como um arquiteto, como alguma indicação de terceirizada da Prefeitura. Acho que a pessoa poderia ter alguma redução de imposto para fazer com que a sua calçada seja mais acessível e assim ajude nesse Plano Diretor de Acessibilidade. É só isso. E que eu quero tropeçar e cair menos pelas ruas de Porto Alegre, porque está difícil. Boa-noite. Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Rogério Caldasso Barbosa, da EPTC, está com a palavra.

O SR. ROGÉRIO CALDASSO BARBOSA: Em primeiro lugar, eu quero dar boa-noite à nossa Presidente, aos demais componentes da Mesa e a todos do Plenário. O que me traz aqui é explicar um pouquinho como funciona a Secretaria de Transportes, a EPTC, e o que nós estamos desenvolvendo com relação à acessibilidade. Quero falar que Porto Alegre é pioneira em muitas coisas, e a gente gosta de trazer alguns exemplos importantes. No ano de 2009, início de 2010, nós tivemos uma novela falando sobre a acessibilidade e tivemos, no País todo, os transportes de acessibilidade sendo estudados, de como as pessoas eram tratadas. E nós ficamos felizes vendo a nossa Companhia Carris sendo demonstrada, para todo o País, como um exemplo de acessibilidade no transporte coletivo. Não é o que tem de melhor, não é só isso que temos, mas podemos mostrar que a gente pode, com trabalho, com treinamento e com envolvimento do Executivo, fazer com que isso seja levado à sociedade. Mas avançamos. Por quê? Porque existiu uma Portaria do Inmetro, que pedia para que todos os veículos fossem adaptados. Mais uma vez a cidade de Porto Alegre foi a pioneira em executar todas as alterações que os veículos necessitavam dentro do prazo previsto, pela Portaria. Nós fomos a primeira Capital a concluir 100% da frota nesse tipo de coisa. Mais uma vez, agora em 2010, fomos pioneiros em todo o transporte seletivo. Fomos a única Capital do País a ter um veículo destinado ao sistema urbano, com tratamento de seletivo, a ter a acessibilidade, quando agora apresentamos os nossos lotações acessíveis. O que a gente quer demonstrar com isso? A gente quer demonstrar que a gente pode dar o passo, a gente pode iniciar. A gente pode demonstrar que o Plano Diretor da Cidade também não iniciou perfeito, também houve várias manifestações, mas ele teve que ser iniciado. Por

pág. 15

que nós estamos passando por várias atualizações? Porque a Cidade é dinâmica, as coisas acontecem muito rápido. E hoje, com a tecnologia que se tem, tudo avança muito rápido. O que nós deixamos claro aqui é que esse grupo que trabalhou em cima do Plano Diretor, é para que a gente pudesse colocar um Plano Diretor exequível, que pudesse ser implementado, não um Plano Diretor que ficasse no papel. Que a gente possa fazer com que a Cidade receba o Plano Diretor em melhorias. Por isso que a gente tratou de discutir o quê? Nós falamos que já existe um Código de Obras para se tratar dentro das edificações. Nós não queremos desmanchar tudo isso que existe. Então, esse grupo trabalhou para quê? Para que esse transporte que hoje está sendo apresentado como um grande transporte, as pessoas possam sair das suas casas e acessarem o transporte. Possam descer do seu transporte e acessarem os seus destinos. Então, o que a gente quer é que eles tenham rotas, que eles tenham caminhos que sejam acessíveis, para que as pessoas possam se deslocar pela Cidade, com toda a tranquilidade, não esbarrando em nada, não tropeçando e tendo as calçadas, com toda a necessidade que existe, por legislação, para ser uma calçada que dê acessibilidade a todos. Onde a gente quer chegar com isso? Dizer que o Plano Diretor trata de uma rota não impede que toda a Cidade possa ser, no futuro, a rota. No início, é uma rota; com o passar do tempo, todas as calçadas farão parte da rota. Essa é a idéia do Plano Diretor, que a Cidade vá se complementando no futuro, mas que a gente possa dar, como se diz, aquele pontapé inicial. Nós precisamos ter um Plano Diretor, até porque é parte integrante desse Plano Diretor que o Código de Obras deve ser revisto, que outras legislações precisam ser revistas – até porque isso é uma Lei Federal que diz que devemos desenvolver esses planos, e Porto Alegre, mais uma vez, está sendo pioneira em tentar desenvolver. Com certeza, nós já estamos sendo buscados por outras cidades para saberem o que estamos fazendo. Eles estão pegando cópias do que fazemos, para verem se começam a desenvolver alguma coisa em outros lugares, porque estão achando interessante, mais uma vez, esse pioneirismo da Cidade.

Só quero deixar claro que estamos fazendo uma coisa inovadora, e, com certeza, não vamos conseguir agradar a todos num primeiro momento, mas, com certeza, a grande maioria e aqueles que têm maior necessidade estarão contemplados com o Plano que estamos apresentando. Muito obrigado.

A SRA. ADA RAQUEL DOEDERLEIN SCHWARTZ: Boa-noite à Presidência da Mesa e aos demais presentes. Eu também, como o colega Rogério, gostaria de relatar um pouco da participação da SPM e do que esse Plano Diretor de Acessibilidade acarreta. Espera-se que, através dele, se deflagre todo um processo que atinja o Executivo na revisão das suas leis, na maneira de conceber os espaços, sejam eles públicos ou privados; ele pressupõe toda uma quebra de paradigmas. A gente sabe que a acessibilidade é um tema complexo, enfim, mas se espera deflagrar todo esse processo. Então, nós apontamos, no Plano Diretor de Acessibilidade, vários pontos indicativos e várias necessidades de revisões que devem acontecer.

Uma coisa é importante ser registrada: nós temos falado muito na estratégia da mobilidade urbana, mas é preciso entender que o deslocamento pelo espaço público – agora falando especificamente de calçadas – não envolve apenas falarmos de mobilidade urbana, envolve também nós tratarmos de duas outras estratégias do Plano Diretor, que é a estratégia da estruturação urbana, como a Cidade está estruturada, para daí, sim, a mobilidade ocorrer através dela; e a estratégia da qualificação ambiental. Porque essas duas estratégias definem pontos de interesse da Cidade, pontos culturais da Cidade, ou seja, seria o início e fim das rotas iniciais de acessibilidade.

Então temos que enxergar que não estamos falando apenas de mobilidade urbana. A mobilidade urbana é, sim, um dos instrumentos principais para a gente entender o Plano de Acessibilidade, o que ele vai acarretar como mudança no Plano Diretor, mas não é a única estratégia e o único impacto que é atingido quando a gente pensa especificamente em deslocamento. Então, é uma visão bem maior de mudanças que estamos propondo que ocorra, e isso vai gerar também vários outros estudos como demanda para o Executivo; vão-se gerar várias outras revisões legais para que ele possa ser implementado e possa funcionar como um todo. É importante registrar que é um trabalho que tem que mobilizar vários outros órgãos do Executivo para que ele tenha, digamos, viabilidade, exequibilidade. Ele vai demandar estudos. Por exemplo, o que está proposto, que é o grupo que vai estudar rota acessível, tem que desenvolver essas estratégias, além da questão da mobilidade.

Uma das falhas que se notaram estudando o assunto e que é a origem de muitas queixas das pessoas quando se fala em calçadas, por exemplo, é que hoje o Plano Diretor não

entende que calçada é uma circulação, é uma via de circulação. Vocês imaginem que, para via de veículo, existem fórmulas e estudos para se dimensionar essa via, dimensionar o fluxo, só que isso não acontece em relação à calçada. Nós temos muitas situações de adensamento populacional, como é o caso da zona central da Cidade, com calçadas muito estreitas, e temos uma outra situação – que reflete em um outro decreto municipal, que é o Decreto dos Passeios –, mas isso é uma cultura brasileira em que nós tratamos a calçada, ou seja, à frente de cada lote como um recorte separado. Então, em frente de cada lote, nós temos um recorte de piso. Vocês imaginem se nós fôssemos fazer isso na via de circulação dos veículos, que, à frente de cada lote que fica na via, cada um fosse fazer uma faixa com asfalto específico. O que aconteceria? Nós teríamos um recorte, vários retalhos no asfalto, no qual o ônibus, o veículo, o carro não conseguiria trafegar, porque estragaria. No entanto, nós admitimos fazer isso na calçada, onde as pessoas acabam se acidentando. Nós temos vários retalhos, cada frente de lote tem uma situação separada, e isso causa problemas de manutenção, causa problemas de instalação inadequada dos elementos de mobiliário urbano, da vegetação, da colocação adequada da rampa de acessibilidade, vários outros problemas. Então isso mexe em várias outras legislações correlatas. É preciso a gente ter uma abordagem muito mais ampla sobre espaço público que transcenda a questão da mobilidade, mas que se comece a considerar calçada como via de circulação de pessoas, independente da condição física que elas tenham. É para abranger todas as situações de condição física. É esse o esclarecimento. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Muito obrigada, Ada. A Sra. Jussara Ferreira, da Federação Riograndense da Terceira Idade, está com a palavra.

A SRA. JUSSARA FERREIRA: Ver.^a Sofia, boa-noite; boa-noite à Mesa e a todos os Vereadores, eu tomei nota o que eu teria que ler, porque eu me emociono cada vez que falo de calçada e boca de lobo. Olho para a cidade de Porto Alegre e o que vejo? Bocas de lobo destampadas, calçadas mal niveladas e cheias de buracos, praças desprovidas de manutenção. A gente se sente completamente desprotegido. O idoso não tem condições de andar nas ruas e nem nas praças. Os carros têm mais valor do que as

peças, porque o asfalto está melhor do que as calçadas. Essa inversão de valores dá aos idosos uma impotência maior do que as suas forças debilitadas sentem.

Na verdade, é uma Cidade linda, maravilhosa e eu não sei por que é que não existe fiscalização das calçadas, por que é que não cobram dos moradores a correção dessas calçadas. Existe uma Lei Federal para tudo isso. Para boca de lobo existe Lei Federal. Eu estou falando como vítima de calçada e como vítima de boca de lobo. Eu acho que a Cidade mais humana, mais justa, mais afetiva, mais solidária nós iremos construir, se cada um de nós cuidar das nossas calçadas. Nós somos milhões, o Poder Público é tão pequeno em relação ao número de moradores. Eu moro na frente do Shopping Total e é um horror, as pessoas idosas caem. Eu canso de juntar e às vezes levar para o Pronto Socorro, e eu vejo as pessoas reclamarem: “Eles não fazem nada”. E eu digo que não, que tem muita gente trabalhando e eu vi aqui quantos preocupados em poder saber que vão atravessar a rua e que não vão sofrer acidente como eu sofri.

Eu agradeço a vocês todos pelo exemplo de cidadania, porque vocês aqui são mestres em cidadania. Porque ninguém perde tempo em vir aqui. E são poucos; a Cidade é tão grande e o número de pessoas é tão pouco para uma Cidade tão linda, tão bonita. Se as pessoas cuidassem mais, quem sabe a gente teria uma Cidade melhor. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Muito obrigada, Jussara. É importante uma fala com o ponto de vista da pessoa idosa, porque o Plano Diretor objetiva também as pessoas idosas e com dificuldade de locomoção. Não é só um Plano, Secretário, para pessoa com deficiência. Muito bem. Acredito que fizemos bons registros. Está aqui o compromisso da nossa Casa, Paulo Brum, Secretário, de encaminhar, a partir da CUTHAB, para a CEDECONDH, Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana, e para a CECE, Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Juventude, para se ter um olhar dessas duas Comissões. Nós vamos pedir brevidade, ligeireza, e pretendemos votar, ainda no mês de maio, esse plano de acessibilidade, se tudo der certo. Solicitamos às pessoas que têm contribuições, especialmente à Dra. Belkis – especialmente porque ela se manifestou aqui e porque ela tem inconformidade com vários aspectos –, que encaminhem para nós, para o relator ou para a própria Câmara, sugestões de emendas, pois é tempo de incluí-las, e nós faremos com que essas emendas não retornem o processo para o início. Vamos ver a melhor forma de

incluir, talvez em comissões conjuntas, o debate produzido pela Cidade, as contribuições dos órgãos, das entidades de classe. Estamos aqui com o Senje, o Sindicato dos Arquitetos também está aqui. Nós agradecemos a presença e estamos abertos a contribuições. Eu sei que o Governo, com certeza, também está. Então, o nosso compromisso é com a celeridade e vamos, sim, realizar ações que ajudem a dar vida ao Plano Diretor.

Nós estamos agora, neste trimestre, trabalhando com o tema Direito à Cidade, Direito de Todos. Tivemos audiência sobre as ciclovias. Estamos com um grupo de trabalho pensando alternativas inclusive quanto à adaptação desta Casa, e peço desculpas aos cadeirantes por terem que fazer a volta e entrar pela porta de trás do plenário. É nossa meta que a entrada de vocês seja na frente do plenário, como a de todas as pessoas. Nós temos aqui um arquiteto, que é o responsável por isso, e estamos encaminhando diversas obras e vamos inclusive incluir essa. Vamos fazer bicicletários, estamos vigiando as nossas vagas de estacionamento para pessoas com deficiências e para idosos, pois seguidamente essas vagas são ocupadas por pessoas que não pertencem a essa categoria. Então, a própria Casa tem que dar exemplos.

Convidamos todos para o andaço, vamos chamar assim, de amanhã, organizado pela Comissão, junto com o Ver. Comassetto, às 14h, no Centro da Cidade, e vamos organizar, sim, o seminário sobre as calçadas. O Ministério Público tem um programa que se chama Andanças sobre as calçadas, inclusive o Dr. Miguel Velásquez era quem estava presidindo, e, agora, outro promotor deve estar assumindo, porque ele está na Secretaria da Justiça. Uma boa noite a todos vocês. Obrigada pela presença de todos e de todas. Estão encerrados os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 20h31min.)